

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16183 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

REFORMAS EDUCACIONAIS E GERENCIALISMO: REPERCUSSÕES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Maria Raquel Caetano - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense

REFORMAS EDUCACIONAIS E GERENCIALISMO: REPERCUSSÕES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

RESUMO: O texto tem como objetivo analisar as relações entre o papel do Estado e as reformas educacionais no contexto do avanço neoliberal e neoconservador brasileiro sob o enfoque do gerencialismo educacional, que busca redefinir o sentido público da educação. Busca-se compreender como o Estado passa a ser facilitador de negócios que promove o gerencialismo e a criação de espaços públicos não estatais, o que causa a regressão de políticas sociais e o avanço de medidas ligadas ao mercado na educação. Elencamos, como eixos de análise que emergem da pesquisa em andamento, a privatização, a plataformização e o empreendedorismo. A partir de uma abordagem qualitativa, os procedimentos adotados para a produção dos dados foram a pesquisa bibliográfica, documental e o mapeamento de instituições privadas que têm incidido na educação pública no atual contexto histórico, político e social.

PALAVRAS-CHAVE: Reformas. Gerencialismo. Privatização. Plataformização. Empreendedorismo.

As mudanças que têm ocorrido na educação estão imbricadas em um movimento maior e precisam ser entendidas a partir das sucessivas crises do capital neste período histórico. Na fase atual do neoliberalismo, as novas formas de atuação do Estado têm se modificado sem perder sua essência: ser um projeto político de classe que objetiva manter e ampliar a expansão e criação de mercados (Abdala, 2022). Para isso, o capital necessita se adaptar para a sua reconstituição e a sua consolidação como projeto hegemônico, pois, ao gerar uma série de crises econômicas, ele precisa se reformular, então, o ponto de referência são as leis do mercado. O gerencialismo, como braço operacional do neoliberalismo, é parte da redefinição do papel do Estado e contribui para a privatização na educação. O neoconservadorismo é instrumental ao novo neoliberalismo ao utilizar-se da suposta crise do Estado para diminuir as políticas sociais e as liberdades democráticas. O neoconservadorismo brasileiro, conforme Marina Lacerda (2019), organizou a nova direita em torno de temas como a família tradicional, o anticomunismo, valores cristãos, o livre mercado e a liberdade individual, o que traz repercussões para a educação e para as escolas.

Nesse sentido, o gerencialismo é instrumental a um projeto educacional centrado no controle do currículo, controle da gestão, controle dos resultados, controle do trabalho docente (Peroni; Lima, 2020) e controle dos estudantes. As reformas educativas globais têm sido cada vez mais adotadas pelos estados nacionais e sistemas educacionais em todo o mundo e têm sido promovidas através dos interesses de agências internacionais de desenvolvimento e empresas privadas com intervenções na formulação de políticas. O objetivo comumente é melhorar a competitividade dos países, de modo a aumentar os níveis de aprendizagem dos alunos e, ao mesmo tempo, melhorar a eficiência dos sistemas educativos. Nos estudos sobre as reformas educacionais no Brasil, identificamos três grandes eixos que passam a interferir na educação pública: a privatização, a plataformização e o empreendedorismo.

O primeiro eixo são os processos de privatização que avançam na educação: da política educacional ao conteúdo pedagógico das escolas. Baseado em Peroni, Rossi e Lima (2021), identificamos as diferentes formas pelas quais as instituições privadas influenciam o setor público na educação: na direção da política educacional, na execução, na direção e na execução das políticas educacionais e no conteúdo das propostas que alteram o projeto de educação pública. Nas atuais reformas educacionais, como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, podemos identificar instituições privadas ligadas a setores empresariais e filantrópicos na direção da política ao influenciar na concepção/construção de políticas através de influências na agenda educacional, como Todos pela Educação, Fundação Lemann, Movimento pela Base Nacional Comum Curricular, Confederação Nacional da Indústria. Na execução da política através de consultorias, projetos e ações e venda de todo tipo de produtos, citamos o Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Itaú Educação e Cultura, Instituto Reúna, Instituto Singularidades, ICE, Fundação Roberto Marinho, entre tantas outras. Na direção e execução, a influência ocorre ao mesmo tempo em que instituições privadas executam sua proposta por meio da formação docente, currículo, gestão, a avaliação e monitoramento dos resultados, que permitem um controle de que seu produto será executado. Como exemplos, apresentamos a Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho e SEBRAE.

O segundo eixo analisado é a plataformização da educação como elemento fundamental no processo gerencial, cujos instrumentos de vigilância e dominação digital possibilitam novos instrumentos de regulação e controle, o enfraquecimento dos princípios democráticos e a centralização das decisões sobre educação e administração heterônomas (Lima, 2021). Como exemplo da “plataformização” do ensino, podemos citar a *Google for Education* nos sistemas municipais e estaduais de ensino, que é apresentada como inovação e solução educativa, e que, ao nosso ver, passa a ser uma forma de controle educativo de alunos e professores, que, além de padronizar os processos pedagógicos, cria um mercado de plataformas. Pesquisa realizada por Barbosa e Alves (2023) indica que o uso das plataformas digitais sinaliza para um cenário de intensificação e de maior controle sobre o trabalho docente e sobre os currículos, em que as tecnologias têm adquirido papel de vigilância. No Rio Grande do Sul, a Secretaria Estadual de Educação do RS tem realizado a gestão da

educação via plataformas, como o Portal RS, o Professores RS e o Estudante RS. Em 2023, o estado do RS firmou parceria com o Instituto Unibanco através do Programa Jovem de Futuro para alavancar indicadores de gestão educacional. O SIGAE (Sistema de Gestão para o avanço contínuo da educação) é uma plataforma privada, utilizada pelo Instituto Unibanco, para monitorar o Programa Jovem de Futuro nas escolas estaduais do RS no planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão em tempo real. Isso traz consequências para a democratização da Educação e dos processos pedagógicos, uma vez que, os professores precisam se concentrar nas tarefas sendo que suas ações deixam de ser pedagógicas e passam a ser gerenciais. Ao mesmo tempo, passam a atuar individualmente e não mais coletivamente. O gerencialismo por meio de plataformas é funcional em um cenário que reflete a privatização da gestão educacional no Brasil, a partir da adoção de ferramentas digitais por sistemas públicos de ensino (Adrião; Domiciano, 2020), bem como o neoconservadorismo pelo controle rígido dos conteúdos.

Como terceiro eixo analisado, está o Empreendedorismo como conteúdo da proposta educacional que visa introduzir uma nova cultura na educação escolar. A proposta do empreendedorismo procura estabelecer-se como eixo da educação, atrelando-o à geração de alternativas para o desemprego, de modo a assegurar que, mesmo em tempos de crise, mantenha-se a produção coletiva de riquezas, a fim de preservar a apropriação privada. No Brasil, o empreendedorismo tem sido inserido no currículo escolar a partir da Reforma do Ensino Médio, com propostas da classe empresarial, instituições do terceiro setor e, atualmente, a partir de programas muito bem articulados, o que evidencia as novas formas de organização do trabalho produtivo para qualificar em novas bases a juventude. Além disso, as competências socioemocionais articulam-se ao empreendedorismo ao aliar-se as características do empreendedor. Aprender a empreender passa a ser um dos pilares da educação para o século 21, em que a formação integral e omnilateral dos estudantes acaba se distanciando através de propostas educacionais que cerceiam o direito a essa educação ao disputar o conteúdo educacional.

As mudanças na concepção e na ação do Estado se apresentam por meio de sua reestruturação, o Estado passa a ser gerencial/empreendedor, utilizando-se de novas estruturas (redes) e de relações entre governo e a população, assim como tem se utilizado de um novo vocabulário político e educacional. Ao elencarmos a privatização, a plataformação e o empreendedorismo na educação, afirmamos que são elementos complexos para analisar as reformas educacionais no Brasil, pois se relacionam a processos históricos e interrelacionados ao contexto mundial diante do neoliberalismo e do avanço do conservadorismo que cerceiam a educação. Nesse sentido, mais necessária é a utilização de diversos mecanismos político-ideológicos para o controle educacional.

Por fim, para o capital, é estratégico o esvaziamento do Estado como esfera promotora de acesso aos direitos políticos e sociais, porque ele promove o mercado como solução para os problemas sociais. Contudo, o capital não quer um Estado fraco, quer um Estado gerencial para que possa maximizar seus lucros através dele.

REFERÊNCIAS

ABDALA, P.R.Z. **GPRPPE Convida - Reformas Continuadas na Administração Pública**. Youtube. Publicado pelo canal *GPRPPE-UFRGS*, [S. l.], 25 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hbUXGukrDc0&t=3833s>>. Acesso em 20 set. 2023.

ADRIÃO, Thereza.; DOMICIANO, C. A. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 668–684, 2021. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1223>> Acesso em: 17 jul. 2024.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-Curriculum** [online], [S. l.], v. 21, 2023.

LACERDA, Marina. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019. 228p

LIMA, L. C. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. **Educação & Sociedade**, [S. l.], n. 42, p. 1–16, 2021.

PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1–20, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15344>>. Acesso em: 3 ago. 2024

PERONI, V; ROSSI, A; LIMA, P.V.de. (Orgs.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Livraria da Física, 2021.